



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

### RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141378 - AL (2021/0010452-9)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : DANIEL GOMES DA COSTA (PRESO)  
**ADVOGADO** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por DANIEL GOMES DA COSTA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS (HC n. 0807581-07.2020.8.02.0000 ).

O recorrente encontra-se preso preventivamente, em razão da suposta prática dos delitos previstos nos artigos 121, *caput*, do Código Penal e 12 da Lei n. 10.826/2003.

Sustenta que não estariam presentes os requisitos necessários para a manutenção da prisão cautelar.

Argumenta que a medida extrema poderia ser substituída por cautelares diversas.

Requer, liminarmente e no mérito, o provimento do recurso para que seja revogada a prisão preventiva do recorrente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Do acórdão combatido extrai-se (e-STJ fls. 197-198):

[...]

13 - Em análise dos autos singulares, verifico que os requisitos necessários para fundamentar a decretação da prisão preventiva do paciente foram devidamente obedecidos, considerando que foram apresentados indícios suficientes de materialidade e autoria nos autos singulares, o primeiro, face ao auto de exibição e apreensão de fl. 46, anexo fotográfico de fls. 74/81 e laudo de exame cadavérico de fls. 147/148, e a segunda, diante dos depoimentos de fls. 43/44, 47/48, 50/51, 87/88.

14 - Assim, em observância aos autos singulares, verifico que em recente decisão, o magistrado indeferiu pleito da defesa e manteve a prisão preventiva o acusado sob o fundamento do art. 312 do Código de Processo Penal, conforme trecho transplanto a seguir (fls. 137/138 da ação de origem):

[...]

17 - Desse modo, observo que os requisitos que

*autorizaram o decreto cautelar encontram-se presentes, não havendo alteração do contexto fático apresentado e, pelas mesmas razões, observo que não é possível a aplicação das medidas cautelares diversas previstas no art. 319 do CPP.*

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.  
Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.  
Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência